

PONTO BÁSICO DE UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO

14-03-98

[Análises econométricas mostram que a desigualdade obstrui crescimento latino-americano]

[Discussões do GAP produzirão arranjo que repetem fórmula do PND?]

Será que alguma vez o Brasil teve um modelo de desenvolvimento? Diz-se que até a década de 1930 vigorou um “modelo econômico primário-exportador”. Mas seria absurdo imaginar que se tratava de um modelo “de desenvolvimento”. Com o processo de industrialização por substituição de importações, chegou a despontar um estilo de crescimento que costuma ser chamado de “nacional autônomo”. Mas se ele produziu algum surto de desenvolvimento, foi só no governo Juscelino (1956-61), justamente quando a economia foi aberta ao capital estrangeiro. Com a ditadura militar surgiu uma nova trajetória, logo batizada de “modelo exportador-associado”. Contudo, após um rápido “milagre,” entre 1968 e 1973, esse “modelo” se revelou tão concentrador e excludente que também seria temerário caracterizá-lo como um modelo “de desenvolvimento”. O mesmo deve ser dito do “Projeto Brasil Potência,” do Ilo. PND (1975-79), e do ridículo IIIo. PND improvisado no início do governo Figueiredo. Depois, o caos inflacionário que dominou o país até 1994 impôs seguidas tentativas de estabilizar a economia que exigiam decisões emergenciais. Em tais circunstâncias tornava-se quimérica a procura de um modelo de desenvolvimento.

As condições necessárias para a retomada do debate público sobre questões mais estratégicas começaram a surgir com a estabilização monetária alcançada há quase quatro anos. Mas até agora não surgiu algo que possa ser entendido como uma proposta de desenvolvimento. Nenhuma força política mostrou-se capaz de gerar uma plataforma desse tipo. No interior da atual coalizão governamental despontaram pelo menos três perspectivas. De um lado, uma tendência de inspiração juscelinista, que chegou a lançar um “Plano de Metas,” depois rebatizado programa “Brasil em Ação”. De outro, uma tendência ultraliberal, que perdeu muito fôlego nas escaramuças com choques externos, como o mexicano, no início do governo, e o asiático, no final de 1997. E no caminho do meio opera uma corrente bem pragmática, que acaba comandando a maior parte das decisões de varejo, mas que, em termos estratégicos, não chega a constituir uma terceira via.

Como essas três correntes também coexistem em todos os partidos políticos que formam a base de apoio parlamentar do atual o governo, este tem conseguido manter a iniciativa, preservando a abertura da economia e a estabilidade da moeda; desregulamentando, privatizando e aprovando algumas reformas; e até avançando na direção da austeridade nas contas públicas. Por isso, apesar da falta de consenso sobre um estilo de desenvolvimento, a ação governamental dificulta bastante a emergência de uma alternativa de centro-esquerda do pântano oposicionista.

Mas o atual governo tem uma ambição muito maior do que a simples manutenção dessa iniciativa que empurra as oposições para a defensiva. Pretende superar o esgotamento do arranjo que vigorou desde a década de 1930, caracterizado pela industrialização substitutiva de importações liderada pelo Estado. Pelo menos seria essa a missão do Grupo de Análise e Pesquisa da Presidência da República (GAP): organizar uma “agenda” do desenvolvimento brasileiro (o vocábulo “modelo” saiu de moda após quase meio século de mal sucedidos ensaios).

Uma pergunta que não pode ser evitada é a seguinte: essa agenda do desenvolvimento brasileiro que está sendo preparada pelo GAP tem alguma chance de estar centrada na redução das desigualdades? É que nesse quase meio século de frustrações foram se acumulando inúmeras evidências de que dela depende o próprio crescimento econômico de países semiperiféricos como o Brasil. Os efeitos negativos da desigualdade sobre o crescimento foram descritos em muitos estudos empíricos internacionais. Várias análises econométricas também mostraram que a desigualdade obstrui as possibilidades de crescimento das economias latinoamericanas. Em pelo menos uma pesquisa feita para o Banco Mundial, taxas de crescimento muito baixas foram associadas a grandes desigualdades na distribuição da terra. Um outro estudo recente feito para essa mesma instituição mostra que, mesmo quando existem condições favoráveis ao crescimento, ele não ocorre se a desigualdade for alta. E um número também recente da *American Economic Review* traz um artigo mostrando o quanto o crescimento é afetado pela má distribuição de ativos em geral, com destaque especial para o capital humano.

Apoiado nas evidências contidas nesses trabalhos, o diretor do Instituto de Desenvolvimento Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Bernardo Kliksberg, afirma que “a redução das desigualdades, além de ser fundamental para uma sociedade e básica para uma democracia, é estratégica para a obtenção de

desenvolvimento real e sustentado.” Por isso ele se empenha para que o tema da desigualdade não continue na penumbra. “Deve, ao contrário, colocar-se no centro dos debates sobre o desenvolvimento.” Será que isso está ocorrendo nas discussões do GAP? Ou será que sua prometida “agenda” não passará de mais um PND (o quarto)?